

A “CARNE MAIS BARATA DO MERCADO”¹: UMA ANÁLISE BIOPOLÍTICA
DA “CULTURA DO ESTUPRO” NO BRASIL

THE “CHEAPEST MEAT OF THE MARKET”: A BIOPOLITICAL ANALYSIS
OF THE “RAPE CULTURE” IN BRAZIL

Joice Graciele Nielsson;²

Maiquel Ângelo Dezordi Wermuth.³

“Edgard – Vamos falar sério! Por que e a troco de quê essa menina vai se casar com um desconhecido? Porque eu sou um desconhecido. E a família? O pai, a mãe, sei lá! Peixoto – Eu explico. É simples e você vai compreender tudo. Essa menina sofreu um acidente. Um acidente do tipo especial. Vinha, de automóvel, por uma estrada. E há um enguiço. Um enguiço no motor. Ela salta. De repente, surgem, do mato, cinco criouloões. Lugar deserto. Pegam a menina, arrastam. Bem. O resto você pode deduzir. E agora que você já sabe – quer casar?”

(RODRIGUES, Nelson. Otto Lara Resente ou, Bonitinha, mas ordinária)

Resumo: O presente artigo objetiva explicitar os elementos que compõem no Brasil atual a denominada “cultura do estupro”, a partir de uma análise crítico-filosófica do que se designará, aqui, de “biopolítica da carne”. O problema que orienta a pesquisa pode ser assim sintetizado: em que medida a expressão “cultura do estupro” se relaciona diretamente à existência de um juízo moral consolidado ao longo dos tempos, fruto de uma ideologia patriarcal ainda presente em nossa sociedade, e que coloca a mulher como propriedade e objeto de um desejo do homem, o que acaba por legitimar o uso da violência física ou moral, para a satisfação dos instintos sexuais masculinos? Para responder à indagação, o texto encontra-se articulado em duas partes. Na primeira, busca-se desvelar a expressão “cultura do estupro”, a partir de um conjunto de elementos que a integram, bem como de autores que

¹ Trecho da música “A carne”, composta por Seu Jorge, Marcelo Yuca e Wilson Capellette, interpretada por Elza Soares.

² Doutora em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Mestre em Direito pela UNIJUÍ. Professora do Curso de Graduação em Direito da UNIJUÍ.

³ Doutor em Direito Público pela UNISINOS. Professor do Mestrado em Direitos Humanos da UNIJUÍ. Professor dos Cursos de Graduação em Direito da UNIJUÍ e UNISINOS. Editor-chefe da Revista Direitos Humanos e Democracia, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Direito (Mestrado em Direitos Humanos) da UNIJUÍ.

exploram a temática, analisando-se, também, recentes estatísticas realizadas no país acerca do assunto. Na sequência, busca-se analisar a constituição das relações patriarcais no Brasil, compreendidas como base e fonte de legitimação da violência sexual perpetrada pelos homens contra as mulheres. Após, busca-se compreender como se dá o controle biopolítico da vida humana, especialmente da vida das mulheres consideradas enquanto “carnes” à disposição do consumo do biopoder patriarcal. Para a concretização da pesquisa, a metodologia de abordagem utilizada foi a fenomenologia hermenêutica.

Palavras-chave: Mulheres. Cultura do estupro. Biopolítica. Brasil.

Abstract: The present article aims to explain the elements that make up in Brazil the so-called “culture of rape”, based on a critical-philosophical analysis of what will be called “biopolitics of the flesh” here. The problem that guides research can be summarized as follows: to what extent does the term “rape culture” relate directly to the existence of a moral judgment consolidated over time, the fruit of a patriarchal ideology that supports the culture of machismo still present in our society, and which places women as the property and object of a man’s desire, and such distorted conception of the representation of the feminine ends up legitimizing the use of physical or moral violence for the satisfaction of the male sexual instincts? To answer the question, the text is divided into two parts. In the first one, it is sought to unveil the expression “culture of rape”, based on a set of elements that integrate it, as well as authors who explore the theme, analyzing also recent statistics in the country on the subject. The purpose of this study is to analyze the history of the constitution of patriarchal relations in Brazil, understood as the basis and source of legitimization of sexual violence perpetrated by men against women. Afterwards, it is sought to understand how the biopolitical control of human life, especially the life of the women considered as “meats” available to the consumption of the patriarchal biopower, is given. For the accomplishment of the research, the approach methodology used was hermeneutic phenomenology.

Keywords: Women. Culture of rape. Biopolitics. Brazil.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Caso 1: Em novembro de 2007, uma adolescente de dezesseis anos de idade, acusada de furto na residência na qual trabalhava como empregada doméstica, passou vinte e seis dias em uma cela com mais de trinta homens adultos, no município de Abaetuba, a 80 km de Belém, no Pará. De acordo com o Conselho Tutelar, ela foi obrigada, durante todo o período, a manter relações sexuais com os prisioneiros, como forma de obtenção de comida. Ainda, teve seus cabelos cortados, para não causar a impressão, à primeira vista, de se tratar de uma mulher⁴. Quase dez anos depois dos fatos, a juíza responsável pelo prolongamento da prisão

⁴ Um apanhado de reportagens da época acerca do caso pode ser buscado em: <<http://direitos.org.br/mulher-mantida-em-cela-com-20-homens/>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

recebeu do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a pena de disponibilidade, sendo impedida de exercer a função por dois anos, período durante o qual passa a receber salário proporcional ao tempo de serviço⁵.

Caso 2: No interior do Rio Grande do Sul, uma menina foi reiteradamente estuprada pelo pai, entre os anos de 2011 e 2012, do que resultou a sua gravidez, cuja paternidade foi comprovada por meio de exame de DNA. Em abril de 2015, o seu genitor foi preso e condenado a uma pena de 27 anos de prisão. Na fase do inquérito policial, a adolescente, então com 13 anos de idade, apresentou relatos que apontavam o pai como autor do fato, mas demonstrava medo de contrariar ou magoar a sua mãe. Já na fase judicial, uma vez transcorrido mais de um ano do primeiro interrogatório, a vítima, que já tinha abortado o feto, alterou a versão dos fatos, alegando que não queria a prisão do pai, e que o pai da criança era um ex-namorado. Na audiência, presidida por uma juíza, o Promotor de Justiça, diante da mudança no depoimento da vítima, que contava então com 14 anos de idade, assim a interpelou:

Tá, assim ó, tu pegou e tu fez, tu já deu um depoimento antes [...], tu fez eu e a juíza autorizar um aborto e agora tu te arrependeu assim? Tu pode pra abrir as pernas e dá o rabo pra um cara tu tem maturidade, tu é auto suficiente, e pra assumir uma criança tu não tem? [...] tu é uma pessoa de muita sorte A., porque tu é menor de 18, se tu fosse maior de 18 eu ia pedir a tua preventiva agora, pra tu ir lá na FASE, pra te estuprarem lá e fazer tudo o que fazem com um menor de idade lá. Porque tu é criminosa... tu é. [...] Agora assim ó, vou me esforçar pra te “ferrá”, pode ter certeza disso, eu não sou teu amigo.

Esses fatos somente vieram à tona em sede de Recurso de Apelação interposta da sentença condenatória, quando os Desembargadores da 7ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul determinaram a expedição de ofício ao Conselho Nacional do Ministério Público para investigação da conduta do Promotor, assim como pediram à Corregedoria-Geral da Justiça que examine a responsabilidade da juíza que atuou no caso na Comarca de origem⁶.

⁵ Notícia do julgamento do CNJ pode ser lida em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/83661-juiza-que-manteve-menina-em-cela-masculina-recebe-pena-de-disponibilidade>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

⁶ O inteiro teor do acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS) sobre o caso pode ser lido em: <http://www.tjrs.jus.br/busca/search?q=cache:www1.tjrs.jus.br/site_php/consulta/consulta_processo.php%3Fnome_comarca%3DTribunal%2Bde%2BJusti%25E7a%26versao%3D%26versao_fonetica%3D1%26tipo%3D1%26id_comarca%3D700%26num_processo_mask%3D70070140264%26num_processo%3D70070140264%26codEmenta%3D6942359+70070140264++++&proxystylesheet=tjrs_index&client=tjrs_index&ie=UTF-8&site=ementario&access=p&oe=UTF->

Caso 3: Em maio de 2016, uma adolescente carioca de 16 anos de idade foi estuprada por aproximadamente trinta homens, tendo as fotografias e filmagens do estupro coletivo sido divulgadas na internet. Segundo a vítima, na Delegacia de Polícia, o próprio delegado a culpou pelo ocorrido. A autoridade policial teria colocado as fotografias e o vídeo sobre a mesa e perguntado se ela tinha o costume de fazer aquilo, e se gostava. O delegado em questão foi afastado do caso, que segue em investigação⁷. As imagens do estupro “viralizaram” na internet, e o que mais chamou a atenção foi o fato de que, também na rede, muitas pessoas culpavam a vítima pelo ocorrido, sustentando que ela estava bêbada e que tinha “provocado” a violência sexual, por meio de postagens do tipo: “Onde o trem passou... Essas mina dão muito mole mesmo”⁸.

Três casos diferentes, envolvendo a mesma temática. Tem, em comum, como *background*, aquilo que se convencionou chamar de “cultura do estupro”, ou seja, a culpabilização da vítima pelo fato de ter sido alvo de violência sexual, compreendido como um comportamento masculino “natural”. É este tema que será objeto de investigação no presente artigo, cujo objetivo é explicitar os elementos que compõem no Brasil atual a referida “cultura”, a partir de uma análise crítico-filosófica do que se designará, aqui, de “biopolítica da carne” – marco teórico que será desenvolvido a partir das obras foucaultiana e agambeniana.

O termo “cultura do estupro” foi utilizado pela primeira vez por feministas norte-americanas na década de 1970 e sugere que determinada sociedade cultiva crenças e convenções que naturalizam a violência sexual contra as mulheres. Em 1975, a autora feminista Susan Brownmiller (1993) escreveu o livro “Contra a nossa vontade: homens, mulheres e estupro”⁹ sobre o tema, apresentando um histórico detalhado sobre o estupro, seu processo de naturalização e as relações de poder que lhe subjazem.

Atualmente, por “cultura do estupro”, entende-se, de acordo com a ONU Brasil (2016) o conjunto de maneiras pelas quais uma sociedade culpa as vítimas de assédio ou de uma

8&numProcesso=70070140264&comarca=Comarca%20de%20JC3%BAlio%20de%20Castilhos&dtJulg=31/08/2016&relator=Jucelana%20Lurdes%20Pereira%20dos%20Santos&aba=juris>. Acesso em: 02 jan. 2017.

⁷ Reportagem sobre o caso pode ser acessada em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/30/politica/1464631347_909205.html>. Acesso em: 02 jan. 2017.

⁸ Sobre a reação da população nas redes sociais ao caso em questão consultar texto disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/26/politica/1464275134_153470.html?rel=mas>. Acesso em: 02 jan. 2017.

⁹ Tradução livre. O livro não apresenta versão traduzida para o português e pode ser encontrado sob o título *Against Our Will: Men, Women and Rape*.

violência sexual e, desse modo, normaliza o comportamento sexual violento dos homens. Portanto, quando “em uma sociedade, a violência sexual é normalizada por meio da culpabilização da vítima¹⁰, isso significa que existe uma cultura do estupro.”

Neste sentido, o problema que orienta o presente artigo reside na seguinte pergunta: em que medida a expressão “cultura do estupro” se relaciona diretamente à existência de um juízo moral consolidado ao longo dos tempos, fruto de uma ideologia patriarcal ainda presente em nossa sociedade, e que coloca a mulher como propriedade e objeto de um desejo do homem, o que acaba por legitimar o uso da violência física ou moral, para a satisfação dos instintos sexuais masculinos?

Para responder à indagação, o texto encontra-se articulado em duas partes. Na primeira, busca-se desvelar a expressão “cultura do estupro”, a partir de um conjunto de elementos que a integram, bem como de autores que exploram a temática, analisando-se, também, recentes estatísticas produzidas no país acerca do assunto. Na sequência, busca-se analisar como se deu a constituição das relações patriarcais no Brasil, compreendidas como base e fonte de legitimação da violência sexual perpetrada pelos homens contra as mulheres. Após, busca-se compreender como se dá o controle biopolítico da vida humana, especialmente da vida das mulheres consideradas enquanto “carnes” à disposição do consumo do biopoder patriarcal.

Para a concretização da pesquisa, a metodologia de abordagem utilizada foi a fenomenologia hermenêutica (STEIN, 1979). Sabendo-se que o método de abordagem visa a aproximar o sujeito (pesquisadores) e o objeto a ser pesquisado (no caso, a denominada “cultura do estupro” no Brasil), não se fará, no presente texto, uma análise “externa” do tema pesquisado, como se o sujeito e o objeto estivessem cindidos. Pelo contrário, os sujeitos (os pesquisadores) estão diretamente implicados, pois relacionados, com o objeto de estudo, o qual interage com eles e sofre as consequências dos seus resultados (ou seja, as suas descobertas e potencialidades). Este horizonte compreensivo foi o que se mostrou suficientemente fértil e adequado para a discussão da temática objeto desta investigação. Isso porque não se trata de uma investigação alheia aos pesquisadores: eles estão no mundo onde a “cultura do estupro” – analisada na pesquisa – viceja. Aqui reside o significado do fenômeno.

¹⁰ Veja-se por exemplo as afirmações feitas nas redes sociais acerca da vítima do caso 3 e do seu comportamento.

Essa constatação fenomênica receberá a atribuição de sentido, a partir do círculo hermenêutico, especialmente a partir das contribuições de Martin Heidegger e Hans-Georg Gadamer. A atribuição de sentido, que representa uma forma nova de construir a interpretação, se dá por meio da valorização da tradição e das experiências de vida já vivenciadas pelos pesquisadores e, num contexto maior, pela própria sociedade. A tradição é, nessa perspectiva, considerada como uma força vital inserida na cultura. Não é possível furtar-se à tradição ao realizar uma investigação científica: estamos sempre inseridos nela. O *modus operandi* filosófico gadameriano (2012) perpassa, portanto, pela recuperação e pelo resgate de ideias reprimidas e esquecidas. Desta forma, tem-se a pré-compreensão – forjada no horizonte da tradição histórica de vida do ser humano, que ilumina a compreensão, a interpretação e a aplicação dos resultados da pesquisa científica, da qual este artigo é um produto.

2. (DES)VELANDO A CULTURA DO ESTUPRO: A CARNE MAIS BARATA DO MERCADO É A FEMININA

A utilização da expressão “cultura do estupro” não é unanimidade. Admitir a sua existência configura-se em algo fora de questão para muitos daqueles que nela estão imersos e plenamente habituados com a sua existência. Por isso a utilização da expressão “cultura”. Para além das manifestações contrárias que somente reforçam a necessidade de sua abordagem, pesquisadores como Segatto¹¹, por exemplo, tem afirmado que concordar com o termo serviria apenas para amenizar o problema, uma vez que “o que a gente chama de cultura é uma coisa estabilizada, inocentada, simplesmente um costume.” Nesse sentido, “estupro não é cultura, é significado de uma falência do Estado e também da própria sociedade. Trata-se de um processo histórico desequilibrado e genocida”.

Embora tais posições sejam dignas de respeito, considera-se aqui que, justamente uma tematização e uma análise profunda do que se considera elementar em/de uma “cultura do estupro” pode conduzir a desconstituir tais traços de controle biopolítico e patriarcal do

¹¹ Matéria disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5160:estupro-nao-e-cultura-e-significado-de-uma-falencia-do-estado-e-tambem-da-propria-sociedade-rita-segato-teve-inicio-hoje-no-cinema-do-museu-da-fundacao-joaquim-nabuco-o-ciclo-2016-dos-seminarios-em-rede-que-este-ano-tem-como-tema-etnicidade-gener&catid=44:sala-de-impressa&Itemid=183>. Acesso em: 22 dez. 2016.

corpo, da sexualidade, da alma e da vida das mulheres. Traços que se revelam presentes em todos os casos referidos na introdução, nos quais estão presentes mulheres – para além das vítimas – que se colocam em posições marcadas por esta cultura: a juíza que permite que uma menina permaneça por quase um mês trancafiada em uma cela com mais de 30 homens, no caso 1; a mãe que “protege” o marido estuprador da filha e a juíza que permite a atuação lastimável do representante do Ministério Público em audiência, no caso 2; as mulheres que, em inúmeras manifestações nas redes sociais, culpam a adolescente vítima de estupro coletivo pelo ocorrido, no caso 3.

São nestes casos que se pode evidenciar – dentre tantos outros que ocorrem diuturnamente no Brasil – que se está diante de uma expressão válida (“cultura do estupro”), que diz respeito a modos de vida que incluem formas de pensar e de agir, nas quais o estupro foi naturalizado. De acordo com dados do 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2016), no ano de 2015, no Brasil, foram registrados 45.460 casos de estupro. No ano anterior, foram contabilizadas 50.438 ocorrências. Mesmo que os dados abranjam estupros que tenham por vítimas homens e mulheres, há predominância de casos envolvendo o sexo feminino (89%).

Isso quer dizer que o estupro se configura como algo banal, tão corriqueiro e tão comum, que não nos preocuparíamos com ele de um modo geral, a não ser quando comovidos por algum fato que encontre repercussão na grande mídia ou nas redes sociais – a exemplo dos referidos na introdução. No entanto, afora os assombros de “indignação” seletiva, a mesma sociedade como um todo volta a desconsiderar ou a relativizar a existência de estupros e sua gravidade. Neste contexto, vige uma mentalidade que não vê como algo problemático que um homem estupe uma mulher. O estupro não é considerado anormal, de modo que, muitas vezes, o próprio estuprador sequer consegue perceber que o seu ato é um estupro, ou que este ato implique a prática de um crime, mas uma simples manifestação de um “estranho direito sobre uma mulher ou outra pessoa estuprável” (TIBURI, 2016).

Esta cultura não é recente, e contou com um longo processo de introjeção e naturalização, e quando não de romantização ao longo do tempo, sempre considerando a mulher como um objeto, que existe para servir aos homens. A literatura, por exemplo, nos conta que na Grécia, Zeus se divertia sexualmente raptando e estuprando mulheres, como foi

o caso de Europa, cujo estupro lhe rendeu uma gravidez¹². Zeus, ainda, se tornaria cúmplice do estupro da própria filha que, raptada por Hades, foi levada ao inferno e estuprada¹³. Os textos bíblicos não são diferentes, caracterizando a mulher como uma propriedade masculina, listada entre os bens materiais do homem como, por exemplo, no livro de Êxodo, capítulo 20, versículo 17, onde se lê: “não cobiçarás a casa do teu próximo, não cobiçarás a mulher do teu próximo, nem o seu servo, nem a sua serva, nem o seu boi, nem o seu jumento, nem coisa alguma do teu próximo” (BÍBLIA SAGRADA, 2005). Enquanto tal, o ato do estupro não era tido como um abuso, mas sim como um adultério, cuja vítima era o seu legítimo proprietário, ou marido ou pai, que detinha a propriedade que fora “danificada”.

A própria história brasileira se constitui mediante o estupro. Da chegada dos portugueses e do estupro das mulheres indígenas, que dá início à tão enaltecida miscigenação do povo brasileiro, à chegada de negros e negras para servirem em sistema de escravidão aos senhores da casa grande, no que se incluía a violência sexual, cujo fruto, se houvesse, seria mais um escravo da fazenda como todos os outros. Para o escravizador, mulheres negras eram bens móveis sub-humanos, apenas “carnes” das quais eram proprietários. Em todos estes cenários, e em muitos outros mais, Vigarello (1998) observa uma continuidade e uma ruptura nas práticas jurídicas relativas ao estupro: a desconfiança em relação à palavra daquela que denuncia, e a tolerância, cada vez maior, à violência sexual.

Exemplos dessa tolerância podem ser buscados a partir do tratamento dispensado à mulher pela legislação brasileira até pouco tempo atrás. O Código Civil de 1916 (Lei nº 3.071/1916), por exemplo, dispunha que o homem era o “chefe” de família, sendo a mulher considerada “relativamente incapaz”. Trata-se de texto que regia as relações civis até o ano de 2003, quando entrou em vigor o Novo Código (Lei nº 11.340/2002)¹⁴. Na seara penal,

¹² O mito conta que Zeus metamorfoseou-se em um touro branco, e quando Europa colhia flores o avistou e encantou-se, foi acariciá-lo e num momento de distração, Zeus a raptou e a levou para a ilha de Creta, onde sem revelar sua identidade, estuprou-a e a engravidou. Europa foi mãe de Minos, que tornaria-se rei de Creta.

¹³ Interessante notar o sexismo já presente na cultura grega. Com relação aos dois casos de estupro acima indicados, cometidos contra mulheres, não houve qualquer espécie de punição ou indignação. Por outro lado, no caso de um estupro de homens, a postura é totalmente diversa, como por exemplo, no caso de Laio, que estuprou Chrysippus, crime conhecido como “O crime de Laio”, caracterizado como um exemplo de arrogância no sentido original da palavra, ou seja, violenta indignação. Neste caso, não houve romancear da situação, houve punição! Sua punição foi tão grave que destruiu não só o próprio Laio, mas também seu filho, Édipo, sua esposa Jocasta, seus netos (incluindo Antígona) e membros de sua família.

¹⁴ Mesmo às vésperas do advento do Novo Código, doutrinadoras entendiam ser a “prestação sexual” uma “obrigação matrimonial”. Nesse sentido, curiosa é a leitura de Ferraz (2001, p. 194-195) acerca do assunto: “o estupro da mulher casada, praticado pelo marido, não se confunde com a exigência do cumprimento do débito conjugal; este é previsto inclusive no rol dos deveres matrimoniais, se encontra inserido no conteúdo da

debatia-se na doutrina e na jurisprudência se o marido poderia ser sujeito ativo no crime de estupro¹⁵, e a “legítima defesa da honra” era uma tese admitida nos tribunais para inocentar o marido que assassinava sua esposa, a “mulher fatal”, nos termos do célebre discurso proferido em plenário do Tribunal do Júri pelo advogado Evandro Lins e Silva no caso “*Doca Street*”: “a ‘mulher fatal’, esse é o exemplo dado para o homem se desesperar, para o homem ser levado, às vezes, à prática de atos em que ele não é idêntico a si mesmo, age contra a sua própria natureza.”¹⁶ Não se pode olvidar, também, que até pouco tempo atrás o conceito de “mulher honesta”¹⁷ permeava os dispositivos do Código Penal que versavam sobre os “crimes contra os costumes”, tendo sido definitivamente proscrita do texto legal apenas no ano de 2005, por meio da edição da Lei nº 11.106, que trouxe alterações no regramento do Código Penal referente aos delitos que, na nova léxica, são intitulados de “crimes contra a dignidade sexual”.

Essa “cultura” – que também permeia o universo jurídico – explica, em parte, os dados que indicam uma incidência assustadora de violência sexual no Brasil. O já mencionado levantamento realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em seu 10º Anuário (2016), estima que devem ter ocorrido entre 129,9 mil e 454,6 mil estupros no País em 2015, do que se depreende que mais de cinco pessoas são estupradas por hora. Trata-se de um número muito superior àquele oficialmente registrado – como demonstrado acima (45.460 estupros no ano de 2015). Ocorre que este número mínimo de 129,9 mil se baseia em estudos internacionais, como o *National Crime Victimization Survey* (NCVS), que apontam que apenas 35% das vítimas de estupro costumam prestar queixas. O número máximo, de mais de 454 mil estupros, se apoia no estudo “Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde”, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que aponta que, no país,

coabitação, e significa a possibilidade do casal que se encontra sob o mesmo teto praticar relações sexuais, porém não autoriza o marido ao uso da força para obter relações sexuais com sua esposa.”

¹⁵ Nesse sentido o julgado do TAGB citado por Mirabete (1999, p. 1246), assim ementado: “Exercício regular de direito. Marido que fere levemente a esposa, ao constrangê-la à prática de conjunção sexual normal. Recusa injusta da mesma, alegando cansaço. Absolvição mantida. [...]” (RT 461/44). Na mesma esteira é a lição de Noronha (1982, p. 109): “casando-se, dormindo sob o mesmo teto, aceitando a vida em comum, a mulher não se pode furtar ao congresso sexual, cujo fim mais nobre é o da perpetuação da espécie. A violência por parte do marido não constituirá, em princípio, crime de estupro, desde que a razão da esposa para não aceder à união sexual seja mero capricho ou fútil motivo, podendo, todavia, ele responder pelo excesso cometido.”

¹⁶ Relato do caso e do discurso proferido em plenário pelo advogado de defesa podem ser lidos em: <<http://www.oabsp.org.br/sobre-oabsp/grandes-causas/o-caso-doca-street>>. Acesso em: 03 jan. 2017.

¹⁷ Na clássica lição de Nelson Hungria (1981, p. 139), mulher honesta é “*não somente aquela cuja conduta, sob o ponto de vista da moral, é irrepreensível, senão também aquela que ainda não rompeu com o minimum de decência exigido pelos bons costumes.*”

apenas 10% dos casos de estupro chegam ao conhecimento da polícia. Considerando somente os boletins de ocorrência registrados, em 2015 ocorreu um estupro a cada 11 minutos e 33 segundos no Brasil, ou seja, 5 pessoas por hora (CERQUEIRA; COELHO, 2014). Trata-se, aqui, do complexo e dinâmico processo de refração denunciado por Andrade (1997, p. 260) “entre a seleção abstrata, potencial e provisória operada pela lei penal e a seleção efetiva e definitiva operada pelas instâncias de criminalização secundária [polícia, Ministério Público, Poder Judiciário, etc]”.

Tais números, além de alarmantes, retratam uma incidência histórica do estupro, sem que a sociedade discutisse tal situação com maior atenção. No entanto, nos últimos anos, especialmente a partir do ano de 2014, a existência de uma “cultura do estupro” no Brasil ganhou evidência diante de alguns fatos que atingiram grande repercussão popular. Em 2016, esse debate foi impulsionado pela ocorrência do estupro coletivo no Rio de Janeiro (caso 3), que tomou as redes sociais a partir da divulgação de um vídeo contendo imagens do ato, feita pelos próprios estupradores. Além deste, outros casos, especialmente envolvendo estupros coletivos de menores de idade chamaram a atenção e geraram um intenso debate popular, especialmente pelas mídias sociais da *internet* (outro caso bastante debatido foi o das quatro meninas que, após terem sido estupradas e violentadas por um grupo de cinco homens, foram jogadas de um penhasco de mais de 10 metros de altura, no Município de Castelo do Piauí, em meados de 2015¹⁸).

Em 27 de março de 2014, o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) divulgou uma pesquisa intitulada “Tolerância social à violência contra as mulheres”¹⁹. O estudo apontou que 65% dos entrevistados (de um total de quase 4 mil pessoas) concordavam com a afirmação “Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”. A notícia, divulgada pelos principais sites de informação do país, repercutiu nas redes sociais digitais e gerou um grande número de debates. As discussões não apenas questionavam possíveis erros metodológicos na realização da pesquisa, como também, e principalmente, o fato de o estudo apontar que a maioria dos brasileiros culpava a mulher pelo abuso sexual sofrido (IPEA, 2014).

¹⁸ Reportagem sobre o caso pode ser lida em: <<http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2015/05/garotas-foram-jogadas-de-penhasco-com-mais-de-cinco-metros-de-altura.html>>. Acesso em: 03 jan. 2017.

¹⁹ Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres.pdf>.

As notícias sobre a pesquisa acima indicada foram compartilhadas por um número incontável de pessoas e proliferaram discussões sobre a culpabilização da mulher em casos de estupro – uma questão que há bastante tempo vem sendo levantada pelo movimento feminista. A interação possibilitada pelas redes sociais digitais permitiu que o debate se organizasse especialmente em grupos de discussão do Facebook. A divulgação da pesquisa também motivou os usuários a manifestarem sua opinião, sobretudo aqueles que não se viam representados pela opinião da maioria. Assim, surgiram algumas imagens que afirmavam “eu faço parte dos 35%”, em referência ao percentual de entrevistados que discordavam da questão que continha a referida afirmação.

Uma semana depois, no dia 4 de abril, o IPEA lançou uma nota oficial que corrigia os dados divulgados na semana anterior²⁰. Segundo a nota, houve um erro na elaboração dos gráficos e a percentagem estava trocada: 65% dos entrevistados discordavam da afirmação de que as mulheres que usam roupas curtas mereciam ser vítimas de abuso.

Ainda segundo a pesquisa, 58,5% dos entrevistados tenderam a concordar total ou parcialmente que “se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros”. Também, 78,7% concordaram total ou parcialmente que “em briga de marido e mulher, não se mete a colher”. A pesquisa ainda revela que 78,7% concordam que “toda mulher sonha em se casar”; ou que 54,9% das famílias concordam que “tem mulher que é pra casar, tem mulher que é pra cama”.

Além destes, ainda outros dois fatos se destacaram com relação ao tema no cenário nacional: a fala do deputado federal Jair Bolsonaro, feita em Tribuna na Câmara dos Deputados, e depois reiterada em entrevista concedida ao Jornal Zero Hora²¹, afirmando que “não estupraria” a deputada federal, e ex-ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, porque ela “não merecia”: “ela não merece porque ela é muito ruim, porque ela é muito feia, não faz meu gênero, jamais a estupraria. Eu não sou estuprador, mas, se fosse, não iria estuprar, porque não merece”, declarou o Parlamentar ao jornal. Em razão de tal fato, em 2016, o deputado tornou-se réu em duas ações penais no Supremo Tribunal Federal, e responderá por incitação ao crime de estupro e uma queixa-crime por injúria por ofender a deputada federal em uma discussão sobre o estupro. Pelo placar de votos 4 a 1, a 1ª Turma do Supremo decidiu aceitar a denúncia contra Bolsonaro.

²⁰ Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21971

²¹ Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/12/bolsonaro-diz-que-nao-teme-processos-e-faz-nova-ofensa-nao-merece-ser-estuprada-porque-e-muito-feia-4660531.html>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

Na mesma linha de naturalização e culpabilização das mulheres pelo estupro, encontra-se a retomada de uma ofensiva da denominada “bancada evangélica” do Congresso Nacional na tramitação de projetos de lei que possuem o claro intuito de dificultar o acesso das mulheres vítimas de estupro ao procedimento do aborto. Dentre tais iniciativas, destaca-se o Projeto de Lei nº 5069/2013²², que torna crime o anúncio de métodos abortivos e a prestação de auxílio ao aborto, especialmente por parte de profissionais de saúde, de autoria do ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Na justificativa do projeto, há alegações no sentido de que

a legalização do aborto vem sendo imposta a todo o mundo por organizações internacionais inspiradas por uma ideologia neo-maltusiana de controle populacional, e financiadas por fundações norte-americanas ligadas a interesses super-capitalistas [...] as grandes fundações enganaram também as feministas, que se prestaram a esse jogo sujo pensando que aquelas entidades estavam realmente preocupadas com a condição da mulher.

O projeto de lei em questão impacta diretamente o atendimento às vítimas de violência sexual. No texto do relator Evandro Gussi (PV-SP), o projeto sugere que apenas sejam consideradas violência sexual aquelas práticas que resultam em danos físicos e psicológicos e que a prova deverá ser realizada por exame de corpo de delito. Além disso, no voto favorável, afirma que “concordamos com o que pretende o autor da Proposição, que busca propiciar maior efetividade aos dispositivos já vigentes em nossa legislação pelo afastamento da prática do aborto, em consonância com a opinião da ampla maioria do nosso povo”. A proposta dificulta o acesso ao aborto já legalizado e ao direito regulamentado pela Lei 12.845/2013²³, que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas vítimas de violência sexual.

Porém, esse não é o único projeto que pretende dificultar o acesso ao aborto legal. Eduardo Cunha também é autor do PL 1545/2011²⁴ que prevê pena de 6 a 20 anos para médico que realiza aborto, além da cassação do registro profissional. Atualmente, a pena pode ser de três anos, e só em caso de morte a prisão máxima é de vinte anos. Há também

²² Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565882>>. Acesso em: 04 jan. 2017.

²³ Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12845.htm>. Acesso em: 04 jan. 2017.

²⁴ Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=507573>>. Acesso em: 04 jan. 2017.

o PL 7443/2006 – apensado ao PL 4917/2001²⁵ –, que transforma o aborto em crime hediondo, e o PL 6033/13 – apensado ao PL 6022/2013²⁶ –, que revoga a Lei 12.845/2013.

Não apenas o aborto legal está em risco, como também medidas profiláticas e de acesso a métodos contraceptivos. O PL 1413/2007 – apensado ao PL 313/2007²⁷ – de Luiz Bassuma (PEN-BA) proíbe a distribuição, a recomendação pelo SUS e a comercialização pelas farmácias da pílula do dia seguinte. O mesmo deputado é autor do famigerado Estatuto do Nascituro (PL 478/2007²⁸), que proíbe o aborto mesmo em caso de estupro e transforma o aborto ilegal em crime hediondo.

Ao Estatuto do Nascituro estão apensados um projeto de lei que prevê pena de detenção de um a três anos para quem realizar pesquisa com células-tronco (PL 489/2007²⁹) e outro que concede pensão à mãe que mantenha a criança nascida de gravidez decorrente de estupro (PL 3748/2008³⁰), que ficou popularmente conhecido como “bolsa-estupro”. Além de aumentar as penas para prática de aborto, estes projetos incluem o aborto como crime hediondo e estabelecem penas para quem: “causar culposamente a morte de nascituro”; “anunciar processo, substância ou objeto destinado a provocar aborto”; “fazer publicamente apologia do aborto ou de quem o praticou, ou incitar publicamente a sua prática”; “induzir mulher grávida a praticar aborto ou oferecer-lhe ocasião para que o pratique”.

Para finalizar a composição deste cenário aterrador, cabe ressaltar pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha (2016), sob encomenda do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), a fim de auferir a responsabilização da mulher por atos de violência sexual. Nesse sentido, a pesquisa informou que mais de um terço da população brasileira (33%) consideram que a vítima é culpada pelo estupro, mais especificamente, 42% dos homens e 32% das mulheres entrevistados concordam com a afirmação de que “mulheres que se dão ao respeito

²⁵ Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=29946&ord=1>>. Acesso em: 04 jan. 2017.

²⁶ Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=585806&ord=1>>. Acesso em: 04 jan. 2017.

²⁷ Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=343759&ord=1>>. Acesso em: 04 jan. 2017.

²⁸ Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=345103>>. Acesso em: 04 jan. 2017.

²⁹ Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=345301>>. Acesso em: 04 jan. 2017.

³⁰ Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=405056>>. Acesso em: 04 jan. 2017.

não são estupradas”. Segundo o Datafolha, “o percentual dos que concordam não varia entre homens e mulheres (30%), o que significa que, para um terço dos brasileiros, a mulher que é agredida sexualmente é, de alguma forma, culpada pela agressão sofrida se opta por usar certas peças de roupa”. Os graus de concordância variaram mais em função da idade e escolaridade. Os grupos que mais se afastam da média são as pessoas com 60 anos ou mais, com 49% de discordância e, no lado oposto, as pessoas com ensino superior, em que a discordância chegou a 82%.

O levantamento mostra também que 65% da população tem medo de sofrer violência sexual. “O percentual cresce quando desagregamos o dado por sexo, já que 85% das mulheres brasileiras afirmam ter medo ante 46% dos homens”. E que 91% dos entrevistados concordaram com a afirmação de que “temos que ensinar meninos a não estuprar” (INSTITUTO DATAFOLHA, 2016). Essas percepções também se encontram refletidas na forma como os casos abordados na introdução do presente texto foram tratados pelas autoridades públicas neles envolvidas e debatidos pela população brasileira em geral – principalmente nas redes sociais e nos meios de comunicação de massa.

Todos estes fatos narrados e dados analisados compõem o cenário de proliferação da cultura do estupro no Brasil, e representam hoje um grande desafio ao pensamento crítico. O que se evidencia é um processo cultural de objetificação da mulher, que se torna um objeto à disposição de qualquer homem, que, por sua vez, age legitimado pela sua “natureza”. A partir desta lógica, se configura a inversão completa, ou seja, a culpabilização da vítima e a naturalização e permissividade diante da conduta do agressor.

Cabe ressaltar que tal prática, embora inserida em um contexto maior de uma “cultura de violência” que assola a sociedade como um todo e que, nesse aspecto, atinge indistintamente homens e mulheres, ao contrário de demais delitos, como roubos, furtos, homicídios, por exemplo, quer seja praticado contra mulheres, ou contra homens, tem como motivação uma vazão primitiva, socialmente autorizada e legitimada de uma masculinidade violenta do agressor, constituído em meio a relações de poder patriarcal.

Isso se reflete na estatística segundo a qual, “no geral, 70% dos estupros são cometidos por parentes, namorados ou amigos/conhecidos da vítima, o que indica que o principal inimigo está dentro de casa e que a violência nasce dentro dos lares” (CERQUEIRA; COELHO, 2014). Isso também serve para compreender a “cifra negra” envolvendo tal crime, uma vez que ele se dá às escuras, envolto em vergonha e muito preconceito. Outrossim, como

evidenciado pelos casos narrados no introito, dos estupros noticiados, muitos não chegaram à condenação pela inoperância da investigação policial e, sobretudo, pelo machismo, que condiciona, em grande parte, a atuação da polícia, do Ministério Público e do Poder Judiciário.

Por tudo isso, torna-se urgente o desvelamento da lógica que justifica a cultura do estupro, a fim de encontrar alternativas para a sua superação. Neste sentido é que se buscou empreender uma análise do percurso histórico de constituição das relações patriarcais, com seus códigos e padrões construídos, que de certa forma amparam e legitimam a violência sexual perpetrada pelos homens contra as mulheres no Brasil. E tal legitimidade se vê, inclusive, reconhecida na forma como o estupro é tratado pelo direito penal, seja no texto legal, ou nas práticas cotidianas das instituições judiciárias, assim como das demais instâncias que integram o sistema penal.

Na sequência, parte-se para uma análise do controle biopolítico da vida humana, especialmente da vida das mulheres consideradas aqui meras “carnes” à disposição do consumo do biopoder patriarcal. O olhar sobre a carne permite desvelar a importância do campo moral na relação entre corpo, sexo, lei, e daí suas transgressões, violências e silêncios. Dos discursos produzidos sobre e para a carne emergem poderes, saberes e violências sobre a submissão, a seleção e a culpabilização dos corpos, das quais a cultura do estupro é um dos exemplos mais contundentes.

3. A BIOPOLÍTICA DA CARNE: AS CONTÍNUAS CESURAS ENTRE A CARNE “NOBRE” E A “MAIS BARATA DO MERCADO”

A análise histórica e filosófica da cultura do estupro está inserida em um contexto de controle, por meio do qual, ao longo do tempo, os corpos, as vidas, as condutas, os desejos, os prazeres, e as subjetividades de cada ser passaram a ser objetos da incidência do poder, tal como demonstrado pela filosofia foucaultiana (2003). Seja este poder disciplinar ou biopolítico, foi sempre o corpo, individual e coletivo, o alvo principal de sua atuação, com sua capacidade de “fazer viver e deixar morrer”. Corpos transformados em carne à disposição para o abate, para a exposição, para a produção, para a reprodução, ou para o consumo, conforme a vontade do poder soberano que sobre ele incidisse.

O exercício deste poder encontrou no dispositivo da sexualidade a sua estratégia mais eficaz, fazendo surgir, na relação entre corpo e sexualidade, um campo fértil para a atuação de discursos de saber, de regimes de verdade e da lógica do poder, entrelaçando discursos de produções de uma verdade que, longe de meramente indicar as diversas possibilidades de relações dos indivíduos com seu sexo, delimitou e controlou as possibilidades de reconhecimento da própria sexualidade individual e coletiva. Determinou as sexualidades legítimas, e as ilegítimas, as normais e as anormais, as permitidas pela lógica do poder, e aquelas impensáveis (Id., 2012).

Imersa em tais entrelaçamentos do biopoder, a “carne” sexual passou a ser abordada a partir de elementos morais e sociais que visavam ao adestramento e à domesticação do desejo, e a sexualidade passou a determinar as relações possíveis entre corpo, sexo e poder. Conforme explicita Luana Silva (2012), tanto na mortificação e nas penitências cristãs, nos castigos sobre o corpo, nos espancamentos, nas privações, na educação disciplinar, nos preconceitos, nos estereótipos, na doença, na economia, na prisão, os indivíduos têm suas trajetórias de sexo marcadas pelo controle, tal qual carne marcada a ferro e fogo para designar seu destino.

Assim, o corpo em carne se constitui em um objeto a ser conduzido, adestrado e controlado, e a sexualidade emergiu, segundo Foucault (op. cit.), como um dispositivo, ou seja, uma estratégia de utilização, domesticação da subjetividade e um mecanismo de segurança, criação e controle da vida humana em termos populacionais. Nesta longa história política do corpo, à qual Foucault (2010) se referiu, inicialmente foi a carne cristã, sob a égide das forças normalizadoras, que se submeteu à domesticação e à castração do desejo, e a partir daí a carne passou a ser tomada como corpo normalizado, utilizado, funcional e submisso não mais ao mistério divino, mas à economia de poder. A carne sexual individual, afirma Silva (2012) se amoldou a estratégias governamentais, nas quais o direito penal passou a ocupar um importante papel de proteger e manter o poder sobre a vida, garantindo o “fazer viver” a partir do discurso jurídico sobre os crimes sexuais – conforme abordagem já empreendida na seção anterior.

Assim, sintetiza Silva (op. cit., p. 200) o corpo amado grego, o corpo moral do cristianismo, o corpo patologizado da medicina, o corpo disciplinado da criminologia, o corpo puro do higienismo, o corpo culpável do direito e, especialmente, o corpo da multidão da economia biopolítica, podem ser capítulos costurados em uma história descontínua de

discursos inscritos nos usos e nos desusos da “carne” humana. Afinal, se o corpo sexual é capaz de desvelar a “verdade” do sujeito, se é capaz de fazer aparecer aquilo que o mais intimamente o define, então “este corpo sexual torna-se um lugar de privilégio para o controle. É o que possibilitaria a entrada dos ‘mecanismos de segurança’ sobre o sexo na política de controle da vida humana”, a partir de estratégias que percorrem as mais diversas dimensões: desejo, sexo, amor, pecado, lei doença, dentre outros, todos utilizados como estratégias de economia da carne, cujo grande objetivo é configurar uma sexualidade economicamente rentável, maximizando o controle e minimizando a resistência.

Neste corpo sexual, as fronteiras entre o sexo “lícito” e “ilícito” se aproximam ou distanciam, tal qual as linhas sempre mutantes de configuração de um estado de exceção³¹, nos termos revelados pela filosofia agambeniana (2004, 2010). Neste, o sexo, para além do pecado, do patológico e do imoral, ainda está passível ao lucro, cujo extremo oposto apresenta a violência contra o corpo transformado em mero valor econômico, que quando “usado e abusado” deixa de “importar”, tornando-se descartável e culpável, e ao final, uma mera “vida nua”, abjeta, impunemente eliminável, tal qual a figura do *homo sacer* resgatada por Giorgio Agamben (2010) do direito romano arcaico³².

É neste contexto que o drama da violência sexual mostra sua capacidade devastadora para os corpos: seu alvo é a submissão do corpo a uma ordem de poder, da família, do costume, do mais forte, do masculino, do adulto, da religião, do mais sábio, do mais experiente, do Estado, do inimigo, do econômico (SILVA, 2012). Uma submissão cuja

³¹ No estado de exceção torna-se impossível distinguir a transgressão da lei e a sua execução: nele, o que está de acordo com a norma e o que a viola coincidem sem resíduos. A partir do momento em que o exercício da soberania deságua na deflagração do estado de exceção, o nexo original entre violência e direito é mantido. Em outras palavras, “é como se o direito contivesse uma fratura essencial entre o estabelecimento da norma e sua aplicação e que, em caso extremo, só pudesse ser preenchida pelo estado de exceção, ou seja, criando-se uma área onde essa aplicação é suspensa, mas onde a lei, enquanto tal, permanece em vigor.” (AGAMBEN, 2004, p. 48-49).

³² No direito romano, explica Nascimento (2012, p. 157-158), lastreado nas lições de direito romano de Jhering, “se alguém perpetrasse delito merecedor da pena *sacer* esse, era considerado maldito e excluído da comunidade humana, privado de todos os seus bens em proveito dos deuses, podendo ser morto pelo primeiro que assim o quisesse, sem que esse último incorresse em qualquer ato ilícito. Tratava-se de uma pena especial, uma vez que não visava à purificação ou à reconciliação do delinquente. O *homo sacer* não possuía qualquer esperança de conseguir expiação pelo seu ato delituoso; estava perdido, desprezado. Sua pena era a mais grave que se podia imaginar e constituía o último grau de perseguição e humilhação: sua posição não decorria unicamente de uma privação que durava toda a vida, mas o que a agravava era o fato de ser para os deuses e para os homens um objeto de maldição, execração e aversão. O *homo sacer* era um estigmatizado errante para fora do direito.” Esta obscura figura do direito romano é utilizada por Agamben (2010) para retratar justamente a ambivalência que é característica do estado de exceção, bem como para dar conta da complexidade da situação do homem na contemporaneidade. A vida sacra é aquela que, ao mesmo tempo em que é insacrificável, é também matável sem que o ordenamento jurídico sancione quem porventura a eliminar: “a vida insacrificável e, todavia, matável, é a vida sacra.” (Ibid., p. 84).

essência é a marca no corpo mais frágil e sua culpabilização. Sobre a carne violentada imperam questões sobre o consentimento ou não-consentimento, conforme Vigarello (1998, p. 9) já questionava, sobre a honra, o direito, o contrato, sobre o fato e sobre a dignidade. De tal modo que, segundo o autor em comento, pode-se vislumbrar uma intensa relação entre o estupro e a própria constituição do sujeito: “uma história do estupro também pode contribuir para traçar, por esse longo percurso, o nascimento do sujeito contemporâneo”.

Atribuído um valor à carne, sua agressão pode ser considerada uma “morte” em vida, enclausurada em uma espécie de agressão mediante a preservação do corpo sem desejo, sem valor e sem nada (SILVA, op. cit.). Não se trata somente de uma expropriação material (patrimonial), tampouco da vida, mas, da cisão entre a vida plena e o deixar viver, do qual resta uma mera vida – ou “vida nua”. O crime sexual pode deixar viver apenas a carne, sem nada, uma carne de mulher, à mercê de seu soberano, seu senhor. Daí sua perversidade, daí seu poder.

Dentre todas as carnes à disposição do controle, da domesticação, do consumo, da produção e da reprodução, é a carne feminina aquela que mais tem sofrido as marcas, a ferro e fogo, do biopoder, que é também um poder patriarcal. Este tem constituído, ao longo do tempo, um feminino padrão que tem no corpo a sua gramática. Um corpo marcado pela ausência de um pênis – o falo masculino, lembra Marcia Tiburi (2008) – e que em virtude desta falta, esteve sujeito a todo uso que a sociedade pudesse e quisesse dele fazer: de sexo frágil ao belo sexo, foi sempre o sexo que demarcou a sua carne.

É neste sentido que, de acordo com Tiburi (op. cit., p. 56), “o direito de existência das mulheres sempre foi sustentado pela possibilidade de alcançar o lugar excelente de sua função sexual, representado por seu útero: a maternidade”. Por meio dela, que só é possível em função de um órgão e que sempre foi usado pelo discurso machista como argumento para um enclausuramento, é que as mulheres se tornaram presas de seus lares, sob a alegação de que sua “natureza” estava sendo protegida, e com ela, mais do que isso, a prole e o *status quo*. Ter um marido, ser mãe e, assim, viver protegida e controlada dentro de um lar seria o ápice da existência feminina. Um útero aprisionado em seu próprio campo de concentração particular. À medida que este mesmo útero se torna público, uma casa de todos, a mulher se torna então a prostituta, a mulher de todos, reduzida à sua função sexual, e como tal, um ser estuprável. Nesta definição, “é o uso do útero que irá importar”: um corpo reduzido a uma

função sexual demarcada em lugares onde se pode exercer sua sexualidade, ou a sua própria existência (TIBURI, 2008, p. 56).

O tema do enclausuramento das mulheres, considerado a partir da relação entre corpo e lar é, segundo Tiburi (op. cit.), análogo à questão dos animais presos em um zoológico. Espécie de lar, espécie de prisão, nela vivem os animais que foram “salvos” da floresta. O zoológico, assim como o lar, obedece à lógica que cria os campos de concentração da biopolítica da contemporaneidade. A casa é o zoológico, cativado dos animais usado como modelo de proteção contra a extinção ou como reservatório da natureza. Ou ainda, relicário de curiosidades para o olhar predador dos homens. Sempre como um animal, “caça”, “presa”, enfim, “carne”, dentro do lar é que a sexualidade feminina é permitida, à mercê do controle soberano de seu senhor. Fora do lar, permanece sendo “caça”, “presa”, mera carne, agora à disposição de todos. Dentro ou fora, o destino da mulher sob a biopolítica da carne é sempre o mesmo, portanto. Eis a lógica da cultura do estupro.

Por esta lógica, se justifica o pensar sempre no “erro” da vítima, e não no “erro” do criminoso. Como afirma Tiburi (2016), é como se a vítima fosse culpada por não ter escapado, por não ter corrido mais rápido, por não ter desaparecido antes. Ou por ter “parecido” mulher demais. No Brasil e em muitos outros países, como a Índia, país mais estuprador do mundo, a lógica do estupro faz com que mulheres precisem camuflar-se para sobreviver, o que neste caso significaria esconder sua condição feminina. Mas, mesmo assim, bem protegidas, “escondidas”, “controladas”, elas serão estupradas. Mesmo trajando burca, a condenação lançada pelo agressor será sobre ela lançada.

Na lógica perversa da cultura do estupro, a carne feminina, agora transformada em caça, está sempre encurralada: ou cede ou morre – afirma Tiburi (op. cit.). Mas mesmo cedendo ou resistindo, ela não tem saída. A vítima, de qualquer modo, será condenada quando, de antemão, já foi julgada. Cedendo ao estupro ou não, ela será condenada, e seu estuprador, por sua vez, não é responsabilizado por seu ato, pois projeta sua culpa no outro para poder aproveitar sua liberdade. Não é culpado porque age dentro da lógica sustentada socialmente, o que implica uma “razão” das coisas. Ou o estuprador age por razão, ou por sua “natureza” de homem (que era sua “razão”), achando-se “no direito” de fazer sexo com uma mulher a quem encontra por aí, independentemente da vontade da mulher em questão de fazer sexo com ele. O poder mata a carne e a alma sem precisar responsabilizar-se pelo que faz.

E se o estuprador é livre, a culpa recai sobre a carne estuprável, seja por sua roupa, por seu comportamento, por seu modo de ser, em um espiral reproduzido socialmente que somente aprofunda ainda mais a cultura do estupro, provocando muitas outras violências. É como se a pessoa continuasse sendo estuprada, violentada pelos ataques verbais, depois de ter sido estuprada fisicamente – tal qual aconteceu com as vítimas dos casos narrados na introdução. É como se, depois do estupro físico, a pessoa estuprada continuasse sendo estuprada simbolicamente por pessoas que, ao atribuírem qualquer parcela de responsabilidade à vítima pelo estupro, continuam no papel de agressor e reforçam a cultura do estupro. Desse modo, afirma Tiburi (2016), as pessoas que condenam a vítima conseguem desculpar-se, de algum modo, a si mesmas. São estupradoras elas mesmas, que, agindo sob a lógica biopolítica e patriarcal da carne, fomentam a cultura do estupro.

Tal lógica opera através de mecanismos que sentenciam o feminino, de modo que “ser mulher” constitui uma condição ontológica passível de estupro. Afinal, quando boa parcela da população brasileira (homens e mulheres) manifesta concordância com a frase “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”, o que se expressa é uma condenação prévia destinada ao “parecer” mulher, ao “ser” mulher, mero corpo, e mera carne. A carne mais barata do mercado. O estupro se transforma em uma condenação dirigida a todos os que “são mulheres”, pelo simples fato de que, afirma Exner (2016), a mulher é ontologicamente condenável por ser/parecer. Sua aparência, sua condição estética, apenas revela sua condição ontológica, constituída a partir de seu corpo, sua carne, e seu útero. Carne estuprável, torna-se a condição existencial do “ser mulher”, especialmente do ser mulher negra e pobre. Afinal, para além de entrelaçar elementos histórico-culturais patriarcais assimétricos entre homens e mulheres, a biopolítica da carne utiliza também dispositivos de raça e condição social – também muito evidentes nos casos escolhidos para a introdução do presente estudo.

Por tudo isso, afirma Exner (op. cit.), pode-se considerar o estupro como a expressão de um “poder” em uma sociedade marcada pelo signo da valorização do papel masculino em detrimento do feminino, do controle do corpo feminino, da tolerância com a agressividade e a competitividade dos corpos masculinos, da desigualdade nos relacionamentos sexuais entre homens e mulheres e, sobretudo, na valorização do “direito sexual masculino” sobre o consentimento (ou escolha) das mulheres.

Estupro, portanto, tem a ver com poder, e com gênero. É o poder do gênero, ou o poder constituído pelas construções de gênero. Desde muito cedo, as meninas são ensinadas a aceitarem a mentalidade de vítimas de estupro. Ainda crianças, aprendem a temer os homens, não sair à noite, usar roupas que cubram mais o corpo, evitar andar sozinhas, ou seja, são ensinadas a prevenir o estupro como se fosse sua responsabilidade (BROWNMILLER, 1993). Esses ensinamentos começam na infância, nos próprios contos infantis. Na história de Chapeuzinho Vermelho, por exemplo, esta deveria temer o Lobo, e é por ele devorada. Diante do fato, ela mesma torna-se a culpada, pois desobedeceu a mãe ao fazer o percurso alternativo. Na narrativa, o lobo é maior e mais forte, por que tentar lutar? Depois disso, somente um homem pode salvá-las, o caçador. Em A Bela Adormecida, a princesa só é salva pelo príncipe encantado, que a beija mesmo sem seu consentimento. Em todas essas histórias, somente um homem pode salvar uma mulher, e, se não salvar, o lobo mau estará esperando para capturá-la (Ibid.).

Portanto, a cultura do estupro está diretamente vinculada a uma cultura patriarcal, na qual se reproduzem estereótipos de gênero que diferenciam e hierarquizam homens e mulheres, uma construção que inclui elementos de poder (SCOTT, 1990). E se, por um lado, a cultura do estupro produz corpos femininos estupráveis, ou uma condição feminina estuprável, por outro, produz sujeitos estupradores, ou uma condição masculina estupradora, que também se constitui como um produto cruel da sociedade regida pela biopolítica da carne (TIBURI, 2014). O estuprador é aquele que se vê tendo um “direito ao estupro”, o direito de consumo, de uso e de descarte diante da carne feminina, ou feminilizada. E este sujeito estuprador, tal qual o soberano que tem o poder de decidir entre o “fazer viver e deixar morrer”, tem em suas mãos a capacidade de decidir a respeito da carne que lhe pertence, incapaz que é de ver nesta carne a constituição de um “outro”. Seu objetivo é, segundo Tiburi (op. cit.), aniquilar o outro para poder ser alguma coisa:

assim o estuprador, autoritário e irresponsável, mas sobretudo, ele mesmo um histérico, reivindica a supremacia masculina por meio do pedaço de carne a que chamamos pênis e que é só o que lhe restou quando ele mostrou seu vazio, sua miséria subjetiva, seu narcisismo infantilóide (por que parece com uma caricatura infantil da época em que ele mostrava sua genitália aos coleguinhas no banheiro) que, arranjados na lógica do estupro definem a condição inumana na qual ele se compraz.

Portanto, pode-se concordar com a afirmação de Brownmiller (op. cit.), para a qual todo estupro é um exercício de poder, constituindo-se muito além do que uma mera manifestação incontrolável do desejo do homem, mas sim em um ato que ocorre dentro de uma configuração institucionalizada que favorece os estupradores. Constitui-se em uma violência sexual e, como toda violência, tem suas raízes nas regras hierárquicas e autoridade coercitiva que explicitam a biopolítica patriarcal da carne, que age por meio de construções de saber/poder, ou verdades que legitimam a perpetuação da cultura do estupro.

Segundo já apontava Brownmiller (1993), são especialmente quatro máximas sobre o estupro, perpetuadas como piadas, insultos, seja na literatura, seja no cinema, ou, ainda, na música, que sustentam a legitimação e naturalização da violência sexual. Tais máximas, segundo a autora, afirmam que *“toda mulher deseja ser estuprada”*, pois desejam um homem que as “dominem” (como no exemplo dos casos 2 e 3 narrados na introdução); *“nenhuma mulher é estuprada contra a própria vontade”*, o que significa que se a mulher não lutou suficientemente a ponto de não estar morta ou gravemente ferida, então ela quis ser abusada (a exemplo dos comentários nas redes sociais a respeito do caso 3); *“ela pediu por isso”* é a terceira máxima, que trata justamente sobre o merecimento do estupro, enquanto uma forma de punição (a exemplo do caso 2); e por fim, *“se você estiver sendo estuprada, relaxe e aproveite”* (a exemplo do caso 1). É assim que se configura a cultura do estupro.

Diante deste cenário, pode-se afirmar que a cultura do estupro é constituída a partir de um cenário de politização e controle biopolítico e patriarcal da vida humana, agora um corpo transformado em carne. Nele, um poder soberano personificado na figura do estuprador pode decidir quais vidas/carnes deixaram de ser politicamente importantes e quando elas poderiam ser submetidas à violência, sem que isso gere questionamentos morais pelos que a exerceram.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidencia-se, diante do exposto no decorrer do presente artigo, que a “biopolítica da carne” tem operado ao longo do tempo, reduzindo as pessoas a meros corpos adestráveis, controláveis e consumíveis, mediante a operacionalização do dispositivo da sexualidade (FOUCAULT, 2005, 2012). Especialmente a carne feminina tem sido posta à disposição do poder soberano como presa, caça, destinada à produção, reprodução, consumo e satisfação

das vontades. Tal poder tem agido mediante a produção constante de vidas nuas (AGAMBEN, 2010), que se transformam em vidas indignas de serem vividas (BUTLER, 2009), e, portanto, à disposição para a violência, em um processo que se concretiza especialmente através da diferenciação entre as “carne nobres” e as “carne estupráveis”, por meio de dispositivos morais de produção de saberes e valores atribuídos ao exercício da sexualidade, aos usos dos corpos, do sexo e do prazer por parte das mulheres.

Tal distinção, sempre volátil, se dá à luz de uma disciplina corporal, já apontada por Foucault (2010a) quando evidenciava a formação da dicotomia “normal-anormal” que possibilitou uma divisão de classes de indivíduos mediante sua relação com o corpo e seu sexo: de um lado, os sujeitos “normais”, moralmente responsáveis como os pais e as mães de “família”, cumpridores dos preceitos sociais e religiosos; de outro, os “desviantes”, aqueles cujo comportamento sexual não obedecia aos preceitos morais instituídos. E para os “desviantes”, para aqueles que reconheciam o “sexual” para além dos preceitos morais, haveria três soluções conhecidas: o pecado, o tratamento médico ou a prisão.

No caso das mulheres, estereótipos de gênero ainda agravam este cenário, no qual a completa domesticação, controle do desejo, da carne e do prazer, ou sua extirpação, são sempre enaltecidos. Virgindade, pureza, recato, inocência, castidade, são adjetivos de carne nobre. Quando muito, o uso do útero e da carne dentro do lar/campo é permitido: ser mãe, esposa, fiel, honesta, zelosa, cuidadosa, significa cumprir com os requisitos de valoração moral passíveis de qualificar o corpo em carne como dignos da proteção do biopoder governamental. Do contrário, a carne sexualizada, a carne pública, a carne que se torna visível enquanto carne feminina, que manifesta seu desejo, se transforma em carne inútil, transgressora, e, portanto, punível, e enquanto tal, estuprável.

Como punição, pode-se compreender aquilo que faz com que as pessoas sintam a falta que cometeram, o que é capaz de humilhá-las e confundi-las. Portanto, a violência sexual socialmente autorizada é uma das formas de punição do sistema patriarcal, aplicadas sobre a lógica da ambiguidade: dois pesos e duas medidas, como evidencia a pesquisa realizada pelo IPEA (2014): 35% dos entrevistados concordam que “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”, e 58,5% concordam que “se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros”. Ao mesmo tempo, mais de 90% afirmam que “marido que bate em mulher deve ir para a cadeia”. A ambiguidade que habita

a mentalidade quanto ao sentido da violência contra mulheres e especialmente no sentido do estupro como uma punição merecida parece evidente.

A violência, diante da lógica do estupro, torna-se “merecida” pela vítima que, a rigor, não é mais tida como vítima, mas numa inversão perversa, torna-se a “culpada”. O estupro é o ato em que a outra – a estuprada – não tem nenhuma chance de defesa porque *a priori* está condenada.

É neste exercício de poder biopolítico e patriarcal que a carne das mulheres se torna aquela que, ao longo do tempo, mais foi classificada e selecionada de acordo com sua posição social diante da economia do poder: mulheres brancas, cristãs, livres, solteiras honestas, virgens ou viúvas honestas, são “protegidas” por um sistema legal que se impõe mediante a reparação do casamento. Para aquelas que seguem o pecado do desejo, para as adúlteras, para aquelas que se sujeitam à fraqueza da carne e consentem relações sexuais impróprias restam a sujeição completa a uma vida indigna de ser vivida, “vida nua”.

Como se demonstrou na primeira parte deste artigo, durante muito tempo, o crime de estupro esteve profundamente vinculado à proteção da honra, constituindo a ruptura de uma determinação legal que fixava no “defloramento” da virgindade a causa de todo o mal contra o corpo feminino, limitando a vítima a uma situação legal que a valora moralmente mediante a sua virgindade. Isso fica muito evidente, por exemplo, na obra de Nelson Rodrigues (2012), em especial na peça cujo trecho serve como epígrafe ao presente texto.

Esta opção política pela valorização da família, das relações sexuais e de procriação legítimas para o Estado, promoveu a criminalização de toda e qualquer sexualidade fora dos padrões morais (políticos), e, portanto, tidas como “perigosas”. Deste modo, a carne passou a ser fracionada entre aquelas que devem ser preservadas para a honra do casamento e da procriação, e outras passíveis de toda sorte de abusos e de violências. As prostitutas, mulheres e homens trabalhadores, mucamas, escravas/os, índias/os, mendigas/os, homossexuais, travestis, transexuais, dentre outros, não figuravam como personagens possíveis desses crimes.

Mais do que a moralidade, os corpos de mulheres, especialmente as pobres, negras, trabalhadoras em subempregos, migrantes, dos homossexuais, dos desprovidos de quaisquer direitos se apresentam muito mais vulneráveis a se tornar tanto vítimas quanto algozes de um sistema que promete combater as “indecências” ou as “brutalidades” cometidas por corpos bárbaros, sem educação, sem moral, sem saúde, sem nada.

É neste sentido que o esforço da criminalização recai sobre o atentado a qualquer tipo de carne considerada útil ao sistema de poder, diante dos quais o sistema penal é chamado como instrumento de punição de sua agressão. Estas são as carnes nobres, as vítimas a serem vingadas por um sistema penal cada dia mais atroz. No entanto, para além do endurecimento da criminalização sobre os atentados a alguns corpos, permanecem à sombra milhares de violências sexuais contra corpos que não valem nada. Além disso, a maior culpabilização do inimigo sexual não conduz ao acolhimento da vítima cuja carne foi violada. A maior punição não fez diminuir o atentado contra o corpo em desejo, sequer fez reconhecer mais corpos como sujeitos sexuais. Entretanto, faz enrijecer os mecanismos de controle, a política de segurança, as restrições de direitos e de garantias individuais, o poder de punir do Estado.

O crime de estupro já é severamente tratado na legislação brasileira. É um crime hediondo. As penas variam de seis a trinta anos. Além do mais, é passível de nota, no código do cárcere o estupro é a pena vivida pelo estuprador cotidianamente, e mais uma vez, socialmente autorizada. É evidente que permitir o estupro dentro de nossos presídios apenas reforça a cultura do estupro, e a sua utilização como punição às carnes transgressoras. Mais do que isso, talvez sejam os próprios presídios os espaços que mais bem representem a biopolítica da carne inútil e descartável. Uma cultura que não se responsabiliza pela educação, pela formação e pela melhoria das condições da vida em sociedade, mas que transforma em “vidas nuas” a todos aqueles que lá se encontram.

Todavia, se o predador sexual se encontra reconhecido como punível pelo sistema penal, o estupro ainda permanece como a violência autorizada, naturalizada contra a fragilidade das carnes humanas no interior das famílias, nos relacionamentos pessoais, nos abusos cometidos por conhecidos. Para tais violências, o crime de estupro ainda permanece como impossível. Afinal, quem investigará os estupros frequentes aos moradores de rua? Aos presos? Às mulheres pobres? Aos meninos prostituídos? Às mulheres dominadas por seus maridos? Às meninas chantageadas por seus namorados? Às mulheres expostas em redes virtuais? Às migrantes e pobres, estupradas em troca de comida e água? E todas as demais carnes suprimidas de desejo, indignas de ter sua sexualidade reconhecida e sua vida preservada?

Até mesmo a infância e a adolescência, eleitas como as grandes vítimas da violência sexual em nossa sociedade (o que se evidencia pelos casos que inauguram o presente estudo), uma vez que o abuso da “sexualidade” em formação ou de sua “pureza” é entendido como

um ato atroz, desumano, criminoso e, por muitos, doente, obedece a esta lógica. Há uma incidência de criminalizações diferenciadas sobre a carne nobre infantil digna de ser protegida, e a carne inútil a ser descartada: o corpo sexual infantil a ser protegido é, em tese, o corpo imaculado e puro³³, não o sexualmente reconhecido. Àquele já violado, resta a descartabilidade.

Por tudo isso pode-se afirmar que o discurso sobre a sexualidade perpetrado pelo conjunto legal-punitivo é permeado pelas prescrições sociais e religiosas de uma sociedade em que o sexo é reconhecido por meio de estratégias biopolíticas de saber/poder perpetuadas por meio do dispositivo da sexualidade. Neste mundo patriarcal, onde a sexualidade constitui-se em propriedade de uma casta de senhores - homens, proprietários e fiéis - cujo privilégio legal faz proteger a propriedade das carnes de mulheres e crianças, suas ou públicas, poucas palavras para as vítimas e castigo para os detratores.

Na política de controle sobre a vida – a biopolítica –, afirma Silva (2012), o sexo ganha sua derradeira função econômica se tornando parte de um eterno sistema intercambiável de custos e de benefícios. Acoplado à noção de capital sobre a vida, o corpo se converte em um princípio de investimento e rentabilidade. Sob o discurso de poder sobre a vida humana e mercantilização da sexualidade, o tema do crime sexual pode ser analisado sob duas vertentes: a proteção à carne nobre, e a descartabilidade da carne inútil, transformada em carne estuprável.

No entanto, cabe destacar a linha tênue que separa tais categorias, dado que a dicotomia carne nobre carne estuprável não é estanque, e não se pode esquecer que ambas as versões ou posições advêm de um mesmo núcleo de sentido fundante: o feminino é todo ele pensado como carne, como objeto, como caça, como presa, segundo a biopolítica da

³³ Um exemplo do exposto é o acórdão nº 70044569705/2011 do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, assim ementado: “APELAÇÃO CRIME. CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. RELAÇÃO DE NAMORO ENTRE VÍTIMA E RÉU. RELATIVIZAÇÃO DO CONCEITO DE VULNERABILIDADE. ABSOLVIÇÃO MANTIDA, POR FUNDAMENTO DIVERSO. Os elementos de convicção constantes dos autos demonstram que a vítima (com 12 anos de idade) e o denunciado (com 22 anos de idade) mantiveram relacionamento amoroso e sexual por determinado período. Tal conduta, em tese, subsume-se ao disposto no art. 217-A do Código Penal. No entanto, a vulnerabilidade da vítima não pode ser entendida de forma absoluta simplesmente pelo critério etário – o que configuraria hipótese de responsabilidade objetiva –, devendo ser mensurada em cada caso trazido à apreciação do Poder Judiciário, à vista de suas particularidades. Afigura-se factível, assim, sua relativização nos episódios envolvendo adolescentes. Na hipótese dos autos, a prova angariada revela que as relações ocorreram de forma voluntária e consentida, fruto de aliança afetiva. Aponta também que a ofendida apresentava certa experiência em assuntos sexuais. A análise conjunta de tais peculiaridades permite a relativização de sua vulnerabilidade. Como consequência, a conduta descrita na inicial acusatória não se amolda a qualquer previsão típica, impondo-se a absolvição do réu com base no art. 386, III, do Código de Processo Penal (fundamento diverso ao constante da sentença). APELAÇÃO DESPROVIDA”.

carne. O feminino posto unilateralmente pelo imaginário do poder, como único objeto da sexualidade passa a ser o objeto por excelência da domesticação. Deste modo, toda a sexualidade feminina é concebida pelo imaginário do soberano como carne à sua disposição.

Não há, portanto, qualquer possibilidade de substancialização das categorias de carne nobre, mulher de família, ou carne inútil, mulher prostituta. Elas podem sempre se transmutar uma em outra, porque é a referência ao “ego” masculino, ao *dominus* do soberano que as constitui. O feminino visto da posição exterior, tanto para os olhares masculinos como femininos, enquanto se está falando das outras mulheres, apresenta-se como a construção de uma sexualidade de gênero que se funda no transitar entre a posição de feminino sagrado e de feminino impuro. A ambivalência e entre estes dois lugares é o que constitui o imaginário da sexualidade feminina e permeia a realidade cotidiana do estupro no Brasil. Seja carne nobre ou carne estuprável, é sempre a condição de carne, mera carne consumível, que caracteriza o ser feminino em tempos de poder biopolítico e patriarcal.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *A ilusão de segurança jurídica: do controle da violência à violência do controle penal*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 10, 2016. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//anuario_site_18-11-2016-retificado.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2017.

BÍBLIA. Português. *Bíblia sagrada*. São Paulo: Editora Ave Maria, 2005

BROWNMILLER, Susan. *Against our will: men, women and rape*. New York: First Ballantine Books Edition, 1993.

BUTLER, Judith. *Vida precária: el poder del duelo y la violencia*. Trad. Fermín Rodríguez. Buenos Aires: Paidós, 2009.

CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo de Santa Cruz. *Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde*. Brasília: IPEA, 2014. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/140327_notatecnicadiest11.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2017.

EXNER, Tereza C. M.. *O fim da cultura do estupro requer mais que leis*, 2016. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2016-jun-21/tereza-exner-fim-cultura-estupro-requer-leis>>. Acesso em 02 jan. 2017.

FERRAZ, Carolina Valença. *A responsabilidade civil por dano moral e patrimonial na separação judicial*. São Paulo: PUC, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 18. ed. São Paulo: Graal, 2003.

_____. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 22ª. Impressão. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012.

_____. *Os Anormais*. 2. ed.. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. 12. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

HUNGRIA, Nelson. *Comentários ao Código Penal*, v.8. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISA APLICADA. *Tolerância social à violência contra as mulheres*. Brasília: IPEA, 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/140327_sips_violencia_mulheres.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2017.

INSTITUTO DATAFOLHA. *Percepção sobre violência sexual e atendimento a mulheres vítimas nas instituições policiais*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2016. Disponível em: < <http://www.forumseguranca.org.br/storage/download/percepcao-violencia-mulheres-b.pdf>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidade, sexualidade e estupro – as construções da virilidade. *Cadernos Pagu*, n. 11, p. 231-273, 1998.

MIRABETE, Julio Fabbrini. *Código penal interpretado*. São Paulo: Atlas, 1999.

NASCIMENTO, Daniel Arruda. *Do fim da experiência ao fim do jurídico*: percurso de Giorgio Agamben. São Paulo: LiberArs, 2012.

NORONHA, Edgar Magalhães. *Direito Penal*. São Paulo: Saraiva, 1982.

ONU BRASIL. *Por que falamos de cultura do estupro?*, 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/por-que-falamos-de-cultura-do-estupro/>>. Acesso em 02 dez 2016.

RODRIGUES, Nelson. *Otto Lara Resente ou, Bonitinha, mas ordinária*: peça em três atos: tragédia carioca. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Mulher e Realidade*: mulher e educação, Porto Alegre: Vozes, v. 16, n. 2, jul./dez., 1990.

SILVA, Luana de Carvalho. *Carne e culpa*: notas sobre a agressão sexual da carne. Tese de Doutorado em Direito apresentada junto ao Programa de Pós-graduação em Direito. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

STEIN, Ernildo. Introdução ao Método Fenomenológico Heideggeriano. In: *Sobre a Essência do Fundamento. Conferências e Escritos Filosóficos de Martin Heidegger*. Trad. de Ernildo Stein. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Pensadores), 1979.

TIBURI, Marcia. *Estupro em potencial* – para pensar a cultura do estupro, 2016. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2016/06/estupro-em-potencial-para-pensar-a-cultura-do-estupro/>>. Acesso em 02 jan. 2017.

TIBURI, Marcia. *Lógica do estupro*: tudo começa com uma inversão, 2014. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2014/04/logica-do-estupro/>>. Acesso em 02 jan. 2017.

TIBURI, Marcia. Branca de Neve ou corpo, lar e campo de concentração. As mulheres e a questão da biopolítica. In: TIBURI, Marcia; VALE, Barbara (Orgs.). *Mulheres, Filosofia ou coisas do gênero*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

VIGARELLO, Georges. *A História do Estupro: a violência sexual nos séculos XVI-XX*. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998.